

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

FOTOCOAGULAÇÃO A LASER

Por este instrumento particular o (a) paciente _____ ou seu responsável Sr. (a) _____, declara, para todos os fins legais, especialmente do disposto no artigo 39, VI, da Lei 8.078/90 que dá plena autorização ao (à) médico(a) assistente, Dr.(a) _____, inscrito(a) no CRM- _____ sob o nº _____, para executar o procedimento de "FOTOCOAGULAÇÃO A LASER" PARA TRATAMENTO

Lateralidade: () Olho Direito () Olho Esquerdo e todos os procedimentos que o incluem, inclusive anestésias ou outras condutas médicas que tal tratamento médico possa requerer, podendo o referido profissional valer-se do auxílio de outros profissionais de saúde. Declara, outrossim, que o referido (a) médico (a), atendendo ao disposto nos arts. 22º e 34º do Código de Ética Médica e no art. 9º da Lei 8.078/90 (abaixo transcritos) e após a apresentação de métodos alternativos, sugeriu o tratamento médico-cirúrgico anteriormente citado, prestando informações detalhadas sobre o diagnóstico e sobre os procedimentos a serem adotados no tratamento sugerido e ora autorizado, especialmente as que se seguem:

DEFINIÇÃO:

A fotocoagulação a laser é utilizada no tratamento de doenças de retina, o laser é captado pela retina, onde faz uma pequena cauterização (queimadura) que proporciona adesão maior e mais sólida entre a retina e a coróide subjacente. Após a aplicação do laser, as marcas na retina, inicialmente brancacentas, pigmentam-se e adquirem a coloração escura.

O laser é indicado para pessoas que apresentam doenças que afetam os vasos sanguíneos do olho, como ocorre com os diabéticos. Pacientes que apresentam degenerações periféricas ou rupturas na retina predisponentes ao deslocamento de retina também necessitam desse tratamento.

A fotocoagulação a laser é realizada, normalmente, em regime ambulatorial (dispensa internação), e a maioria dos tratamentos é feita apenas com o uso de colírio anestésico.

COMPLICAÇÕES:

O paciente deverá seguir os conselhos do profissional (médico) e realizar as prescrições indicadas para minimizar as possibilidades de ocorrência de complicações antes, durante ou depois da cirurgia.

As complicações depois da operação podem ocorrer dias, semanas, meses ou anos após o ato cirúrgico e incluem:

1. Falha em se obter o sucesso operatório;
2. Descolamento de retina que pode necessitar cirurgia ou ser inoperável;
3. Hemorragia vítrea;
4. Infecção;
5. Aumento da pressão do olho (glaucoma);
6. Embaçamento corneano ou cicatrização excessiva;
7. Catarata que pode necessitar remoção imediata ou tardia do cristalino;
8. Visão dupla;
9. Flacidez da pálpebra superior com posicionamento mais baixo;
10. Diminuição da circulação dos tecidos vitais do olho resultando em diminuição ou perda da visão;
11. Cegueira permanente, diminuição da visão central ou periférica;
12. Atrofia ocular e perda do olho.

As complicações locais decorrentes da injeção de anestésico ao redor do olho incluem:

- a) Perfuração do olho
- b) Lesão do nervo óptico
- c) Má circulação da retina
- d) Possível queda da pálpebra superior
- e) Depressão respiratória
- f) Hipotensão arterial
- g) Reações alérgicas a medicações usadas

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

FOTOCOAGULAÇÃO A LASER

Infecção relacionada à assistência à saúde

A legislação nacional vigente obriga os hospitais a manterem uma comissão e um programa de prevenção de infecções relacionadas à assistência à saúde.

De acordo com a Agência nacional de Vigilância sanitária (ANVISA) e com o *National Healthcare Safety Network* (NHSN), as taxas aceitáveis de infecção para cada potencial de contaminação cirúrgica são:

- Cirurgias limpas: até 4%
- Cirurgias potencialmente contaminadas: até 10%
- Cirurgias contaminadas: até 17%

Mesmo tomando-se todas as medidas possíveis para a prevenção de infecções, tanto por parte do cirurgião e equipe, quanto por parte do hospital, esse risco existe e deve sempre ser considerado.

Declara ainda, ter lido as informações contidas no presente instrumento, as quais entendeu perfeitamente e aceitou, comprometendo-se respeitar integralmente as instruções fornecidas pelo(a) médico(a), estando ciente de que sua não observância poderá acarretar riscos e efeitos colaterais a si (ou ao paciente).

Declara, igualmente, estar ciente de que o tratamento adotado **não assegura a garantia de cura**, e que a evolução da doença e do tratamento podem obrigar o (a) médico (a) a modificar as condutas inicialmente propostas, sendo que, neste caso, fica o(a) mesmo(a) autorizado(a), desde já, a tomar providências necessárias para tentar a solução dos problemas surgidos, segundo seu julgamento.

Finalmente, declara ter sido informado a respeito de métodos terapêuticos alternativos e estar esclarecido em suas dúvidas e questões, através de linguagem clara e acessível.

Assim, tendo lido, entendido e aceito as explicações sobre os mais comuns RISCOS E COMPLICAÇÕES deste procedimento, expressa seu pleno consentimento para sua realização.

Criciúma (SC) _____ de _____ de _____.

Ass. Paciente e/ou Responsável

Nome: _____

RG/CPF: _____

Ass. Medico Assistente

Nome: _____

CRM: _____ UF: _____

Ass. Testemunha

Nome: _____

RG/CPF: _____

Ass. Testemunha

Nome: _____

CRM: _____ UF: _____

Código de Ética Médica - Art. 22. É vedado ao médico deixar de obter consentimento do paciente ou de seu representante legal após esclarecê-lo sobre o procedimento a ser realizado, salvo em caso de risco iminente de morte.

Art. 34. É vedado ao médico deixar de informar ao paciente o diagnóstico, o prognóstico, os riscos e os objetivos do tratamento, salvo quando a comunicação direta possa lhe provocar dano, devendo, nesse caso, fazer a comunicação a seu representante legal.

Lei 8.078 de 11/09/1990 - Código Brasileiro de Defesa do Consumidor: Art. 9º - O fornecedor de produtos ou serviços potencialmente perigosos à saúde ou segurança deverá informar, de maneira ostensiva e adequada, a respeito da sua nocividade ou periculosidade, sem prejuízo da adoção de outras medidas cabíveis em cada caso concreto. **Art. 39º** - É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços dentre outras práticas abusivas: VI - executar serviços sem a prévia elaboração de orçamento e autorização expressa do consumidor, ressalvadas as decorrentes de práticas anteriores entre as partes.